



Comissão aprova proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Texto do relatório final foi adaptado à nova redação da PEC do Orçamento Impositivo

A adequação da LDO à nova redação da Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo foi a principal mudança no relatório. O Orçamento Impositivo torna obrigatória a execução de emendas

parlamentares. O texto final da proposta foi elaborado a partir de acordo firmado entre os líderes e o governo. A matéria estava em pauta desde 17 de setembro e teve a votação adiada oito vezes. | 5

Projeto sobre maus-tratos a animais ganha urgência | 3

Grupo da Reforma Política sugere adoção do voto facultativo | 4

Seed/SE

Comissão analisa exame nacional de professores



LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR

Created by Steele Agency

Mineração: código deve reparar mais cidades | 7

Agentes de saúde: piso vai a voto no dia 12 | 3

ECONOMIA | Segundo pesquisa, 15 mil empresas de médio porte no País estão prontas para receber investimentos

Cedes: aumento de capital empreendedor

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara vai aprofundar estudos sobre a falta de investimentos para o capital empreendedor de micro, pequenas e médias empresas. O presidente do Cedes, deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), determinou que sejam feitos estudos urgentes para “desfazer as amarras burocráticas, tributárias e a falta de investimentos para alavancar o capital empreendedor para micro, pequenas e médias empresas, que anda a passos lentos no País”. Inocêncio acrescentou que “a pequena empresa que mais emprega não pode continuar abandonada”.

Bolsa de valores - Em palestra promovida pelo Centro de Estudos na quarta-feira, o consultor legislativo Marcos Pineschi Teixeira ressaltou que embora 15 mil empresas de médio porte estejam prontas para receber investimentos, o Brasil possui apenas 350 empresas listadas na Bolsa de Valores. “Isso leva o País a ter uma baixíssima produtividade. Com 200 milhões de habitantes, deveríamos estar produzindo não o PIB atual de US\$ 2,3 trilhões, mas, para nos igualarmos aos países europeus, US\$ 7,1 trilhões.”

Segundo o especialista, a produtividade brasileira é 330% inferior à americana. “O principal indutor des-



Gustavo Lima

Inocêncio Oliveira: a pequena empresa, que mais gera empregos, está abandonada

ta situação é a falta de condições para incentivar o investimento empreendedor”, ressaltou.

Capital de risco - Em detalhada radiografia dos capitais empreendedores, também chamados de capitais de risco, no mundo e no Brasil, o consultor explicou que, no meio do século 20, quando o Brasil caminhava rápido para o processo da hiperinflação,

com diversas moedas e planos econômicos, os Estados Unidos começaram a estimular o capital de risco, o que logo se espalhou por todo o país e chegou à Europa e ao Oriente.

Hoje os grandes polos do empreendedorismo estão no Vale do Silício (EUA), em Cingapura e em Tel Aviv (Israel). “É enganosa a concepção de que a destinação de recursos gover-

namentais para a expansão do empreendedorismo seja um objetivo menor do Estado. Ele provoca mudanças de grande magnitude na sociedade”, salientou Pineschi.

O capital empreendedor é direcionado a empresas de capital fechado por um gestor, com atuação direta durante um período específico

Para o deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), “é ridículo termos apenas 350 empresas brasileiras na Bolsa de Valores”. O deputado José Humberto (PSD-MG), relator do estudo sobre o Capital Empreendedor no Brasil, disse que o passado inflacionário travou o progresso. “O capital corria para o pagamento seguro dos papéis do governo”, observou.

Capital na bolsa - O capital empreendedor é direcionado a empresas de capital fechado por um gestor, que atua diretamente no empreendimento por um período, para depois sair do negócio. Uma forma muito utilizada no exterior é a colocação das ações das empresas na Bolsa de Valores, mas no Brasil as empresas precisam de um capital muito alto na bolsa.

REDE LEGISLATIVA | Acordo oficializado fará com que sinal das TVs legislativas chegue à população em canal aberto e gratuito

Oficializada expansão da TV Digital no Rio Grande do Sul

A Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a Câmara Municipal de Porto Alegre oficializaram na última segunda-feira Acordo de Cooperação Técnica entre as três esferas do legislativo.

O acordo prevê a otimização de recursos financeiros para instalação do primeiro transmissor digital de uma emissora pública no estado. Assim, o sinal digital das TVs de cada instituição chegará a toda população

em canal aberto e gratuito.

Acordo prevê otimização de recursos para instalação do primeiro transmissor digital de TV pública no RS

Durante a assinatura, o presidente da Assembleia gaúcha, deputado Pedro Westphalen, destacou a importância de expansão da rede para que toda a população possa acom-

panhar os trabalhos de seus parlamentares. “O poder público está a todo momento sob foco da sociedade. Essa é mais uma maneira de a população fiscalizar e acompanhar o trabalho realizado pelos legisladores do País, do estado e dos municípios”, salientou.

O presidente da Câmara de Porto Alegre, vereador Thiago Duarte, lembrou que a TV Câmara opera, experimentalmente, em sinal aberto desde maio deste ano e destacou a iniciati-

va da Câmara dos Deputados, e o desafio de colocar sinal de TV à disposição do Parlamento em todo o País.

AGENDA

SEXTA-FEIRA
25 de outubro de 2013

Sessão solene
Homenagem ao Dia do Dentista.
Plenário Ulysses Guimarães, 15h

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1ª Vice-Presidente
Andre Vargas (PT-PR)

2ª Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD-RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB-AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP-RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º Secretário
Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**

Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**

Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon** (61) 3216-1500 secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Antônio Vital

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Juliano Machado Pires

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet



VOTAÇÕES | Também foram aprovadas mais duas urgências e projeto relativo à Procuradoria-Geral da República

Urgência para maus-tratos a animais

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica e por acordo entre líderes partidários, o regime de urgência para a votação do Projeto de Lei 2833/11, que torna crime a prática de atos contra a vida, a saúde ou a integridade física e mental de cães e gatos.

De autoria do deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com substitutivo que reduz as penas previstas no projeto original. Conforme o texto aprovado pela CCJ, a punição para quem matar cão ou gato será de três a cinco anos de reclusão. O projeto de Tripoli previa reclusão de cinco a oito anos.

No caso de crime culposo, quando não há a intenção de matar, a pena aprovada na CCJ foi detenção de três meses a um ano, além da multa – o projeto original previa, nesses casos, detenção de três a cinco anos. Essa seria a punição, por exemplo, a uma pessoa que acidentalmente matasse um cão ou gato ao dar marcha a ré no carro, segundo



Manifestação no gramado do Congresso contra maus-tratos e experimentos em animais

explicou Ricardo Tripoli em videochat na Câmara.

Primeiro passo - Apesar das reduções de penas, o deputado acredita que o texto original pode ser recuperado na votação no Plenário. Tripoli ressaltou ainda que foram mantidos agravantes como o que

prevê reclusão de seis a dez anos se o animal for morto com emprego de veneno, fogo, asfixia, espancamento, arrastadura, tortura ou outro meio cruel.

Na avaliação do deputado, a lei hoje é muito branda, além de não tipificar a agressividade contra ani-

mais – atualmente, a Lei de Crimes Ambientais (9.605/88) prevê sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, incluindo os animais, com pena de detenção de três meses a um ano, com multa, no caso de maus-tratos ou mutilação de animais silvestres (na maioria das vezes, acaba substituída pelo pagamento de multa ou convertida em cestas básicas).

Ricardo Tripoli é o relator da comissão externa da Câmara criada para apurar os acontecimentos no Instituto Royal, em São Roque (SP), invadido na semana passada por ativistas que retiraram do local beagles usados em pesquisas.

Outras urgências - Também obtiveram urgência os seguintes projetos de lei: 2202/11, que cria 660 cargos de procurador da República e 750 cargos em comissão; e 2833/11 e 2453/07, sobre normas para a investigação de acidentes aéreos. Apesar da aprovação, ainda não há data marcada para votar nenhum desses projetos.

Câmara aprova mudança na distribuição de procuradorias da República em municípios

Foi aprovado ontem pelos deputados o Projeto de Lei 4357/12, da Procuradoria-Geral da República (PGR), que muda a distribuição de procuradorias da República em municípios, cuja criação foi autorizada pela Lei 10.771/03. A matéria vai ao Senado.

Essa lei autorizou a criação de 198 unidades da PGR, das quais 107 com localização definida em municípios das cinco regiões da Justiça Federal. As outras 91 unidades funcionam como uma reserva para a Procuradoria Geral escolher o município conforme a instalação de varas federais da Justiça ocorra. Segundo a procuradoria, até agosto de 2012 foram instaladas 134 (91 do grupo de localização definida e 43 do grupo sem cidade definida).

De acordo com o projeto, nove procuradorias das 16 que faltam ser instaladas em municípios já definidos serão transferidas para o grupo sem localização definida.

Isso foi necessário, segundo a PGR, porque a Lei 12.011/09, que criou 230 varas federais, provocou uma diferença na distribuição das unidades devido à falta de previsão de se instalarem essas varas em nove municípios nos próximos anos.

As nove cidades são: Alfenas (MG), Andradina (SP), Fernandópolis (SP), Itapetininga (SP), Registro (SP), Votuporanga (SP), São Jerônimo (RS), Curitiba (SC) e Camocim (CE).

Funções - Os procuradores da República são os integrantes do Ministério Público Federal designados para officiar junto aos juízes federais e junto aos Tribunais Regionais Eleitorais, onde não tiver sede da Procuradoria Regional da República. Tra-

ta-se do primeiro nível da carreira. Os procuradores, além do controle externo do Judiciário, são responsáveis pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.

Como se trata apenas de mudança na distribuição das unidades da PGR nos grupos com ou sem localização definida, o projeto não gera despesas.



Aprovado em Plenário, o projeto não gera despesas para os cofres públicos

SAÚDE

Henrique Alves marca votação do piso de agentes para o dia 12

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, marcou para o dia 12 de novembro a votação do piso nacional dos agentes comunitários de saúde (Projeto de Lei 7495/06). A proposta inicial feita por ele aos líderes partidários no Plenário foi votar o projeto no dia 5. Como não obteve resposta dos líderes, ele decidiu marcar a votação para o dia 12.

Anteontem, foi aprovada a urgência para a proposta, mas não houve quórum para a votação do projeto. Henrique Alves chegou a sugerir, antes da votação da urgência, o adiamento para assegurar um acordo que viabilizasse a aprovação da proposta, sem risco de veto pelo governo.

Henrique Alves afirma que o piso faz justiça a uma categoria importante, responsável pelo acesso a serviços básicos de saúde de milhares de famílias de baixa renda ou de áreas isoladas. Em razão disso, ele defende a necessidade de um acordo que envolva as lideranças do governo para não frustrar a categoria, como acabou ocorrendo nesta semana.

REFORMA POLÍTICA | Pelo projeto, teto para gastos será definido pelo Congresso

GT propõe adoção do voto facultativo

Lucio Bernardo Jr.



Grupo acatou proposta de Sirkis, pela qual doações de pessoas físicas poderão ocorrer apenas diretamente ao candidato

O Grupo de Trabalho de Reforma Política da Câmara decidiu, ontem, que vai apresentar uma proposta para que o voto seja facultativo no Brasil, além de outra criando teto de despesa para a campanha eleitoral. Esse teto será definido em lei pelo Congresso Nacional e cada partido poderá optar pelo modo de cumprimento, se por financiamento privado, misto ou público. Os textos ainda serão apresentados formalmente pelo grupo à Câmara e só depois passarão a tramitar.

O GT optou por acatar proposta do deputado Miro Teixeira (Pros-RJ), que basicamente defendeu o cumprimento da Lei Eleitoral (9.504/97), que estabelece normas para as eleições. A legislação atual já prevê que o Congresso Nacional fixe, em lei, teto de despesa para campanha a cada ano eleitoral, porém essa norma não é cumprida.

Teto de doações - Conforme a proposta, além de definir teto geral de despesa, o Congresso também fixará um valor máximo para as doações, em reais. Hoje, o teto de doações é de 2% do faturamento da pessoa jurídica e 10% do rendimento da pessoa física. Segundo Miro Teixeira, a intenção é que uma empresa grande tenha o mesmo limite de doação que uma empresa pequena.

O grupo vai propor ainda que a arrecadação, seja de pessoa física ou de jurídica, só poderá ocorrer depois que esse teto for definido em lei.

Também foi acatada proposta do deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), segundo a qual as doações de pessoas físicas poderão ocorrer apenas diretamente para candidato. Já as empresas, de acordo com a proposta, doarão somente para os partidos. Foi

rejeitada sugestão de proibir doações de empresas.

Plenário - O coordenador do grupo de trabalho, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirmou que a proposta de reforma política do grupo poderá ser discutida diretamente em Plenário, já em novembro, conforme acertado em reunião dele com o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves.

Vaccarezza informou ainda que, na próxima quinta-feira (31), ocorrerá a última reunião do grupo, quando será discutida a versão preliminar da proposta de emenda à Constituição (PEC) resultante das deliberações tomadas pelos deputados.

Mandato de senadores - O grupo de trabalho também vai discutir novamente a duração dos mandatos, definida inicialmente em cinco anos, sem reeleição. Faltava apenas uma decisão sobre o tempo de mandato dos senadores. Porém, o deputado Espiridiano Amin (PP-SC) pediu que a questão fosse votada outra vez, o que foi acatado por Vaccarezza. O deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) protestou contra decisão e se retirou da reunião.

Iniciativa popular - A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) defendeu que seja votada pela Câmara a proposta de reforma política de iniciativa popular, já em tramitação (Projeto de Lei 6316/13). Cerca de 300 mil assinaturas foram recolhidas em apoio ao texto.

“Uma das queixas da sociedade é exatamente o descompasso entre o que é discutido na Câmara e na sociedade civil”, salientou a deputada. A proposta prevê o financiamento público exclusivo de campanha e proíbe doações de empresas.

DECRETO LEGISLATIVO

Senado susta efeitos de mudança em número de deputados

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que suspende os efeitos de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que redefine o número de deputados federais de 13 estados, de deputados estaduais e distritais já para as eleições de 2014. O texto agora segue para a Câmara.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 85/13, do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), susta os efeitos da resolução do TSE que redefiniu, com base no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de deputados federais, estaduais e distritais no País, em resposta a pedido da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Números - Com as mudanças propostas pela resolução, o Pará é o estado que mais ganha cadeiras, passando de 17 para 21. Ganham mais uma cadeira Amazonas e Santa Catarina. Ceará e Minas Gerais passam a ter mais dois deputados. Quem mais perde são Paraíba e Piauí, com menos dois deputados a partir de 2014. Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul perdem uma cadeira.

A Constituição limita em 8 o número mínimo de deputados federais por estado e em 70, o máximo. A legislação também determina que o número dos 513 deputados por bancada deve ser definido no ano anterior às eleições.

PINGA-FOGO

Financiamento de campanhas

Mário Negromonte (PP-BA) defendeu mudanças na legislação do financiamento das campanhas eleitorais. O deputado pediu pressão do Congresso na análise do tema, sob o risco de que a Justiça Eleitoral legisle em lugar do Parlamento.

Guiana Francesa

Acordo entre Brasil e França garante aos moradores da fronteira entre o Oiapoque (AP) e São Jorge (Guiana Francesa) carteira que permite o trânsito livre na região. Janete Capiberibe (PSB-AP) rebateu críticas ao acordo, destacando que ele não fere a soberania do País, mas fortalece o combate ao garimpo ilegal e ao tráfico de pessoas para exploração sexual.

Hospital da UFMS

Segundo notícia publicada no jornal O Estado de Mato Grosso do Sul, dos R\$ 44 milhões disponibilizados pelo Executivo para o hospital universitário em 2011 e 2012, a universidade aplicou apenas R\$ 24 milhões. Para Geraldo Resende (PMDB-MS), os números são resultado de uma má administração da UFMS no período.

Telefonia e 3G

Paulo Foletto (PSB-ES) parabenizou o governo do Espírito Santo por levar telefonia móvel e internet 3G à zona rural do estado. O deputado também elogiou a iniciativa de criar um fundo municipal de desenvolvimento para acelerar licitação de obras e transferência de recursos para cidades capixabas.

BR- 222

João Ananias (PCdoB-CE) encaminhou requerimento ao Dnit e ao Ministério dos Transportes pedindo explicações sobre o atraso nas obras de recuperação da BR-222, no trecho que passa pelo município de Tinhanga.

Funai x agricultores

A demarcação de terras indígenas no sul da Bahia, segundo Geraldo Simões (PT-BA) significa a expulsão de 20 mil agricultores familiares e habitantes de vilas existentes na área. Ao afirmar que a Funai está cometendo um grave erro, o deputado pediu a revogação do estudo que serviu de base para a demarcação.

DISCURSO

Lincoln Portela diz que País vive 'caos penitenciário'

O deputado Lincoln Portela (PR-MG) avaliou em Plenário a situação do sistema penitenciário brasileiro. De acordo com o parlamentar, problemas como superlotação, excesso de execução, falta de recursos humanos e materiais e falta de dignidade dos presos compõem um "caos penitenciário".

Portela defendeu medidas que "racionalizem o sistema" e que proporcionem o tratamento equitativo aos detentos, proporcional à gravidade dos delitos.

"O pensamento humanitário não significa leniência, mas preparação do preso corrigível para o retorno ao convívio em sociedade. A maioria dos criminosos ocasionais é passível de ressocialização. É preciso adotar medidas que estimulem o desencarceramento, tornando a prisão espécie de punição que seja a exceção e não a regra, contribuindo para a humanização dos presídios, hoje superlotados", afirmou.

"Há um grande número de pessoas honestas que acabaram sucumbindo a um momento de irreflexão e cometeram um deslize classificado como crime. Devemos, portanto, adotar medidas legislativas e políticas públicas que tendam não só a racionalizar o sistema, como a não perpetuar o viés de vê-lo apenas como um depósito de pobres maus, inclusive para lá mandar malvados ricos e poderosos que às vezes acabam soltos por aí", ressaltou.

O deputado defendeu, entre outras medidas, a reformulação da legislação penal, processual penal e penitenciária, além da valorização dos profissionais da segurança pública e da "polícia penal", prevista na PEC 308/04.

Laycer Tomaz



Lincoln Portela: humanizar os presídios

ACORDO | Texto foi adaptado à nova redação da PEC do Orçamento Impositivo

Diretrizes orçamentárias para 2014 são aprovadas por comissão

Gabriela Korossy



Forte: LDO deve orientar o Executivo a ter velocidade na aplicação do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório final da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - PLN 2/13) para 2014. O projeto precisa agora ser votado em sessão plenária do Congresso.

O relator, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), apresentou novas alterações à versão de terça-feira (22) do seu parecer. A matéria estava em pauta desde 17 de setembro e teve a votação adiada oito vezes na CMO.

"Todos reclamam que, muitas vezes, a Lei Orçamentária é uma peça de ficção. Fizemos a LDO para orientar o Executivo a ter maior resolução e velocidade na aplicação do Orçamento da União", afirmou Forte.

Orçamento impositivo - A principal mudança é a adequação da LDO à nova redação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 565/06, na Câmara, e 22/00, no Senado) do Orçamento Impositivo, que torna as emendas parlamentares de execução obrigatória. O texto final da LDO foi elaborado a partir de acordo firmado entre os líderes da base aliada na Câmara e no Senado e o governo. A PEC deverá ser votada em Plenário pelos senadores na próxima terça (29).

Pelo acordo, as emendas dos deputados e senadores apresentadas serão equivalentes a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano prevista na proposta orçamentária, sendo que metade será destinada obrigatoriamente para "ações e serviços públicos de saúde", como os atendimentos financiados pelo SUS.

Segundo o presidente da comissão,

senador Lobão Filho (PMDB-MA), o entendimento foi a chave para votação da LDO. "Pode não ter sido votada [a PEC do Orçamento Impositivo], mas já foi acordada entre as duas Casas [Câmara e Senado] e todos os líderes", disse.

Emendas - De acordo com a Proposta de Lei Orçamentária (PLOA - PLN 9/13) para 2014, cada parlamentar poderá apresentar R\$ 14,68 milhões em emendas, sendo R\$ 7,34 milhões necessariamente para saúde, incluídas despesas de custeio, como pagamento de água e luz, e excluídos o pagamento de pessoal e os encargos sociais, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O total destinado à apresentação de emendas parlamentares individuais para o ano que vem deverá ser de R\$ 8,72 bilhões.

Emendas parlamentares

Orçamento de 2014 poderá ter **R\$ 8,7 bilhões** em emendas individuais de deputados e senadores

Cada um dos 594 parlamentares poderá apresentar **R\$ 14,68 milhões** em emendas

Os recursos das emendas são destinados para obras e serviços nos estados de origem do parlamentar

Desse total, **R\$ 7,34 milhões** (50%) necessariamente têm que ir para a saúde pública

Relator retira reserva para propostas legislativas

O relator da proposta da LDO, deputado Danilo Forte, voltou atrás e retirou do texto final, que será analisado em sessão plenária do Congresso, a criação de uma reserva para deputados e senadores poderem viabilizar, em 2014, projetos de lei que criam despesas sem indicar a fonte da receita. Segundo ele, a medida poderia trazer um "desvio jurídico que causaria prejuízo à LDO".

Essa reserva seria de 0,1% da receita corrente líquida, ou R\$ 675 milhões, de acordo com o valor estimado para o ano que vem. A quota serviria para compensar aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, criada por lei, e que deveria ser paga por mais de um ano, e desoneração de receita não prevista na proposta or-

çamentária. Pelo menos metade dos recursos seria destinada a projetos do Executivo.

Obras - O texto aprovado ontem na CMO manteve a ampliação do valor do repasse, para 2014, das obras e serviços de engenharia de pequeno valor: de R\$ 750 mil, como estabelece o Decreto 6.170/07, para R\$ 900 mil.

Forte, entretanto, retirou as regras para liberação dos recursos pela União. Os valores seriam repassados somente após apresentação de relatório de execução da etapa com a respectiva fiscalização. Além disso, o órgão de financiamento, como a Caixa Econômica Federal, teria de cumprir prazos rígidos para checar as obras.

Convênios - O relator excluiu as normas mais duras, previstas ante-

riormente, para convênios com entidades sem fins lucrativos. O texto rejeitado previa que essas organizações apresentassem um atestado, comprovando sua capacidade técnica para executar a atividade contratada, feito pelo órgão contratante para receber o repasse da União. Entidades, municípios e estados que não prestassem contas do contrato também ficariam sem recursos.

O relator, porém, manteve a proibição da destinação de recursos da União a entidade privada sem fins lucrativos com dirigente enquadrado na Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar 64/90). A lei declara inelegível condenados por crime contra a economia popular, patrimônio privado e meio ambiente, por exemplo.

EDUCAÇÃO | Proposta estabelece provas para responsáveis pela educação básica

Exame Nacional de Professores deve ir a voto este ano, diz relatora

A proposta que estabelece um exame nacional para os professores da educação básica (PL 6114/09) deverá ser votada pela Comissão de Educação até o final deste ano. A informação é da relatora do projeto, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

O texto, já aprovado pelo Senado, cria o chamado Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (Enameb), com inscrição voluntária e gratuita. Na prova, seria analisada a evolução do conhecimento de cada professor em ciclos de cinco anos.

Professora Dorinha não adiantou qual será sua posição sobre o tema,

mas já se mostrou favorável a uma avaliação dos professores. “A avaliação é importante na perspectiva de correção de rumos, mas é preciso olhar o projeto com atenção. O teste não deve ser um fim em si mesmo”, ponderou. Ela anunciou que deverá entregar seu relatório sobre a proposta ainda na primeira quinzena de novembro.

Professora Dorinha se manifestou durante audiência pública sobre o tema realizada ontem na Câmara. No encontro, o diretor de Valorização dos Profissionais da Educação do Ministério da Educação, Antônio Roberto Lambertucci, afirmou que a proposta “representaria mais ônus, sem a de-

vida eficácia”. Os professores, argumentou ele, “já passam hoje por uma série de avaliações, na graduação, no concurso público, no fim do estágio probatório e nas avaliações periódicas de desempenho. Um exame nacional padronizado não auxilia nesse processo”, completou.

A deputada Professora Dorinha, no entanto, lembrou que poucos estados já executam a avaliação periódica de desempenho dos professores. A medida está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), que foi editada há 17 anos, mas “ainda não está consolidada na prática”, afirmou a relatora.

Diversidade - O representante do ministério argumentou que a medida não levaria em conta a diversidade do sistema educacional brasileiro, o que prejudicaria a avaliação do desempenho dos professores. “A avaliação é um instrumento complexo, que deve ser feita no contexto cultural e social em que se insere cada professor”.

Sobre esse ponto, Professora Dorinha observou que os alunos da educação básica já passam hoje por um exame nacional padronizado, que serve para compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). “Se podemos avaliar nacionalmente os alunos do ensino médio e do ensino fundamental por meio de uma base nacional comum, por que não podemos fazer o mesmo com os professores?”, questionou.

zerem a prova e receberem uma certificação, por exemplo, como ficarão aqueles docentes que não obtiverem essa certificação? Eles continuarão em sala de aula e a relação entre alunos e professores ficará prejudicada”, afirmou.

O representante dos professores no debate, Roberto Franklin de Leão, disse que os docentes não necessariamente se opõem ao exame nacional do magistério. De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no entanto, a prova deve ser acompanhada de outras medidas de avaliação do ensino: “Tem de avaliar não somente o professor, mas todo o sistema, como as condições de trabalho e o local de instalação da escola. Isso é necessário se quisermos analisar claramente como está a educação oferecida à sociedade brasileira”, ressaltou.

DISCURSO

Laycer Tomaz



Lázaro Botelho: falta industrialização

Lázaro Botelho destaca avanço no Tocantins

Ao destacar o desenvolvimento do Tocantins nos últimos anos, o deputado Lázaro Botelho (PP-TO) alertou na tribuna que a indústria do estado precisa evoluir no mesmo ritmo. De acordo com o parlamentar, para isso, a região precisa investir maciçamente em infraestrutura e educação. “O Tocantins precisa vencer o desafio da industrialização. No estado esse desafio tem esbarrado nas deficiências de infraestrutura, na área tributária e na burocracia, gargalos que emperram o desenvolvimento e afugentam o interesse de investidores”, disse.

Botelho avaliou também que é preciso criar condições para que os jovens estejam preparados para enfrentar as exigências do mercado tecnológico. Segundo ele, apenas a industrialização é capaz de libertar os jovens da dependência do emprego público.

“Antes de investir na infraestrutura, é preciso investir nas pessoas. É imperativo investirmos em pesquisa, em tecnologia, em inovação. É preciso aumentar a oferta de vagas para o ensino técnico profissionalizante, preparando os nossos jovens e reciclando os nossos trabalhadores para o mercado”, declarou.

Segundo o deputado, não há outro caminho para reverter a crise dos municípios senão pela industrialização do estado. Em sua opinião, só a industrialização é capaz de gerar as receitas necessárias para os investimentos em saúde e educação.

Lázaro Botelho disse que o Tocantins tem uma das maiores cargas tributárias do País. Botelho avaliou que a economia do estado necessita de uma ação coletiva, que una o poder público e a iniciativa privada.

O parlamentar destacou ainda a liberação de recursos do governo federal para o estado. Ele elogiou a iniciativa e ressaltou que o Executivo investirá R\$ 170 milhões, beneficiando 46 municípios.



Zeca Ribeiro

Professora Dorinha Seabra Rezende (C) é favorável a uma avaliação dos professores

Ministério diz que custo da avaliação será elevado

O custo da realização do chamado Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (Enameb) foi outro fator levantado contra sua realização. Segundo o diretor de Avaliação de Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre André dos Santos, a prova teria o custo de cerca de R\$ 50 por professor, conforme o que é gasto hoje com a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“O custo de uma avaliação dessa natureza é muito elevado para o País. Tendo em vista esse custo, é preciso avaliar se o exame é uma ação prioritária do governo federal”, ponderou.

Nova avaliação - Outro ponto debatido foi a possível realização voluntária do exame. Conforme o projeto do Senado, participariam somente os professores que tivessem interesse na prova. “Não se pode exi-

gir que quem já fez concurso passe por uma nova avaliação”, afirmou a relatora da proposta.

Para o representante professores, é preciso avaliar também as condições de trabalho e do local onde está instalada a escola

Uma alternativa, segundo a deputada Professora Dorinha, seria a realização compulsória do exame para novos professores, que seriam contratados em um novo regime. Já os professores antigos teriam estímulos para a realização da prova, como progressão na carreira e certificação.

Mesmo assim, a medida foi criticada pela secretária de Educação de Mato Grosso, Rosa Neide Sandes de Almeida. “Se alguns professores fi-

Comissão quer votar proposta em duas semanas

O deputado Leonardo Quintão disse que a proposta será votada pelo colegiado na semana do dia 6 de novembro. A previsão inicial era de a comissão votar o projeto no dia 15 de outubro, mas, de acordo com Quintão, foi necessário ampliar o debate sobre o código.

A votação em Plenário vai depender do calendário de apreciação do marco civil da internet (PL 2126/11), que passará a trancar a pauta a partir da próxima segunda-feira (28). O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que o Placato não está preocupado com o cronograma de votação do novo Código de Mineração.

Entre as reivindicações da região mineradora do Pará, está fazer com que parte da produção seja industrializada lá, gerando emprego e renda.

Audiência no Pará - Integrantes da comissão especial estiveram no Pará esta semana, para discutir a proposta. Durante a audiência, representantes dos municípios de Parauapebas, Marabá e Canaã dos Carajás, líderes de produção de minério no Pará, anunciaram que estarão em Brasília na próxima quarta-feira (30). A viagem tem o objetivo de apresentar formalmente as reivindicações da região para a proposta.

A comitiva será recebida pelos integrantes da comissão especial. Entre as reivindicações da região, está a de que parte da produção mineral seja industrializada localmente, para gerar emprego e renda. Há propostas de que essa cota seja de 30%.

José Neto Feitosa, presidente da Câmara de Vereadores de Parauapebas, criticou que a discussão sobre o novo marco legal do setor mineral só tenha vindo para a região no final do processo na Câmara. Parauapebas abriga a maior mina aberta de minério de ferro do mundo, explorada pela Vale.

ECONOMIA | Relator diz que estados e União devem renunciar a parte da arrecadação

Código de Mineração beneficiará cidades afetadas indiretamente

Um percentual de 10% do que é arrecadado pela Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral (Cfem) deve ser destinado aos municípios que não produzem minérios, mas são afetados pela atividade. São cidades onde passam ferrovias e rodovias que transportam esse tipo de carga ou são impactadas por barragens de descarte do processo, mas que hoje não recebem nenhuma compensação financeira por causa disso. A novidade foi anunciada na quarta-feira (23), em Marabá (PA), durante um debate sobre a proposta do novo Código de Mineração (PLs 37/11 e 5807/13).

“Isso é um avanço. Vamos colocar no projeto o que é uma comunidade impactada pela mineração. Temos que avançar socialmente na distribuição dessa riqueza”, adiantou o relator da comissão especial que analisa a proposta, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). “O estados e a União devem abrir mão de parte da arrecadação para os municípios afetados. Não é justo que, onde o trem passa, não se ganhe nada. O novo fundo vai gerar cerca de R\$ 500 milhões a serem distribuídos para essas prefeituras”, afirmou.

Outras alterações - O parlamentar também anunciou outros pontos do texto que vai apresentar no dia 6 de novembro, com as sugestões de alteração à proposta original do Executivo. Entre eles está o tempo de permissão para as empresas extraírem minerais:



Ginny Moraes

A comissão esteve no município de Marabá (PA) na última quarta-feira (23)

atualmente, em casos como areia e brita, esse prazo é de dez anos, renováveis por mais dez anos. “Esse período é pequeno e não traz estabilidade para as mineradoras”, disse Quintão.

Deverão ser beneficiados municípios por onde passam ferrovias e rodovias que transportam esse tipo de carga

Por isso, ele vai propor que o tempo de concessão seja de 40 anos para todo

tipo de minério, de areia a ouro. Esse prazo poderá ser renovado em 20 anos, quantas vezes forem necessárias, desde que a empresa cumpra os requisitos estabelecidos pela nova agência reguladora do setor.

Segundo o parlamentar, ainda falta definir o período de autorização para pesquisa mineral, quando empresas analisam uma região para saber se vale a pena investir em mineração. “Ainda estou discutindo com o governo se será cinco anos, renováveis por mais três ou quatro anos, com dois anos de prorrogação”, afirmou.

Minério de ferro passará a ser taxado em 4%

O deputado Leonardo Quintão conseguiu acordo com o governo federal para aumentar o valor da contribuição que as mineradoras pagam pelo produto que retiram do solo brasileiro (Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral - Cfem).

Atualmente, esse índice é de 2% sobre a receita líquida da empresa. A proposta feita pelo Executivo aumentava a alíquota para até 4% sobre

o faturamento bruto, dependendo do mineral extraído. No caso do minério de ferro, responsável por 80% da arrecadação, o índice vai ser o máximo.

Aumento da arrecadação - A mudança significa passar de R\$ 2 bilhões de arrecadação anual para cerca de R\$ 5 bilhões. “Vamos detalhar a alíquota de todos os minérios já no projeto de lei, para não deixar em aberto para futuras regulamentações. Para

os outros minerais, ainda estamos discutindo um percentual que seja justo para manter a competitividade e a arrecadação de municípios, estados e União”, explicou o relator.

Mesmo aumentando a arrecadação da Cfem, entidades da sociedade paraense ligadas à mineração reclamam que 4% será pouco, perto do que países como Canadá e China cobram.

DESTAQUES DO PORTAL CÂMARA NOTÍCIAS



TV



Câmara analisa regulamentação da produção de cachaça



Rádio



Deputados querem ir à Rússia pedir libertação de bióloga



Agência



Comissão aprova uso de residência como sede de microempresa

ESPORTE OLÍMPICO | Programa funcionaria nos moldes do Refis, que permite a renegociação de dívidas por empresas

Deputado estuda forma de reestruturar clubes

O deputado Vicente Candido (PT-SP) anunciou que trabalha com o Ministério do Esporte na elaboração de uma proposta para reestruturar os clubes que oferecem esporte olímpico. Para debater soluções que amenizem as dívidas das confederações, federações e clubes dos esportes olímpicos, foi realizada audiência pública na quarta-feira na Comissão de Turismo e Desporto. Com a proximidade dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, entidades ligadas aos esportes olímpicos ainda enfrentam dificuldades com dívidas acumuladas no passado, que já superam R\$ 200 milhões.

Refis – De acordo com Candido,

que propôs o debate, não há um levantamento oficial, mas estima-se que mais de 50 entidades de prática e de administração desportiva estejam devendo à Receita Federal. O deputado propõe a criação do Programa de Fortalecimento do Esporte (Proforte), nos moldes do Refis, que permite renegociação de dívidas por empresas com débitos fiscais federais.

De acordo com o parlamentar, haveria duas opções de parcelamento da dívida das entidades e clubes: uma, pagando em formação de atletas, ou seja, em prestação de serviços; e outra pagando em moeda corrente. “Seria um mecanismo para equacionar a dívida”.

Timemania – Outro mecanismo que seria previsto no programa é a criação de um novo fundo, com o dinheiro da Timemania – que não se destinaria mais apenas para pagar dívidas – e com a exploração do jogo raspadinha, com direcionamento de recursos dos sorteios para o fundo.

Segundo o presidente do Conselho da Confederação Brasileira de Clubes, Arialdo Boscolo, o governo precisa criar outras formas de refinanciamento para atender às necessidades e limitações dos clubes brasileiros. “Temos que criar um refinanciamento que possa fazer com que os clubes e entidades quitam suas dívidas. Então, se for cria-

da uma lei em que a Fazenda aperta tanto que o clube só vai lá fazer o refinanciamento para buscar sua certidão, e em pouco tempo não consegue pagar, não resolve. Temos que fazer uma forma de refinanciamento que seja com prestação de serviço, com formação de atleta”.

Segundo Vicente Candido, a proposta que cria o programa Proforte deve ser apresentada ainda em 2013. Ele afirmou que falta investimento público no esporte brasileiro, com exceção do futebol, que não apresenta dívidas neste ano.

Ma semana passada, o colegiado já havia realizado audiência sobre dívidas relacionadas ao futebol.

NOS ESTADOS

Divulgação



MG Onofre Santo Agostini é homenageado por motoristas de ambulância mineiros

O deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC) esteve em Belo Horizonte, no último dia 18 de outubro, para receber uma placa em sua homenagem durante a terceira edição do Seminário dos Motoristas de Ambulância no estado de Minas Gerais. O evento foi organizado pelo sindicato da categoria.

Divulgação

DF Policarpo participa de entrega de 181 ônibus novos para o Distrito Federal

O Distrito Federal alcançou a marca de 500 novos ônibus com a entrega de 181 coletivos no último sábado (18), sendo 87 em Planaltina e 94 em Santa Maria, atingindo a renovação de, aproximadamente, 20% da frota de todo DF. “Os ônibus antigos quebravam frequentemente atrasando os usuários e atrapalhando o trânsito. Com a renovação da frota quem ganha é a população”, afirmou o deputado Policarpo (PT-DF).

DF



Divulgação



SP Arnaldo Jardim recebe título de cidadão honorário de Laranjal Paulista

O deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) esteve no município de Laranjal Paulista, na região sudeste do estado de São Paulo, no dia 7 de outubro, onde recebeu o título de cidadão laranjalense. A solenidade ocorreu na Câmara Municipal e contou com a presença de prefeitos, vereadores e sociedade da região.

SP

Divulgação

GO Magda Mofatto comparece ao IX Rodeio Show de Colinas do Sul

A convite do prefeito da cidade de Colinas do Sul (GO), Iran Lago, a deputada Magda Mofatto (PR-GO) compareceu ao IX Rodeio Show do município. O evento aconteceu entre 10 e 13 de outubro e contou com vários shows, entre eles o da dupla sertaneja Milionário & José Rico.

GO

